

HOMONORMATIVIDADE E HOMONACIONALISMO: CONCEITOS PARA PENSAR O BRASIL RECENTE?

João Gabriel Maracci

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Minas Gerais, jmaraccicardoso@gmail.com;*

Marco Aurélio Prado

*Professor da Faculdade de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, mamprado@
gmail.com.*

Resumo

Este trabalho pretende abordar os conceitos de homonormatividade e homonacionalismo, refletindo sobre como eles podem ser úteis no fomento de análises críticas para o Brasil contemporâneo. Tomamos a homonormatividade a partir da obra de Lisa Duggan, que a concebe como o modo de incorporação de algumas questões ligadas à diversidade sexual e de gênero na sustentação econômica e subjetiva do neoliberalismo. Homonacionalismo, por sua vez, é remetido principalmente ao trabalho de Jasbir Puar, que aponta o uso de questões LGBTQ+ e feministas para o fortalecimento de cidadanias sexuais e de nacionalismos - como, por exemplo, a imposição de leis mais constritivas acerca da imigração sobre minorias étnicas baseada na retórica de proteção a mulheres ou homossexuais. Sustentamos que os dois termos nos podem servir como disparadores críticos e analíticos a partir de adaptações e traduções culturais, que levem em consideração as diferenças da realidade brasileira para com o cenário nos quais ambos foram, inicialmente, propostos. A partir dessas traduções, elaboramos uma proposta de entendimento para o Brasil contemporâneo, momento no qual as chamadas ofensivas antigênero assumem centralidade nas ações do Estado, que nomeamos como “homonormatividade antigênero”.

Palavras-chave: Homonormatividade, Homonacionalismo, Ofensiva Antigênero.

Introdução

Nestes anos recentes do Brasil, vemos a institucionalização da homofobia, transfobia e sexismo enquanto políticas de Estado, reiteradas, ao menos em nível federal, pelo presidente e seu corpo de ministros. Tais políticas, que facilmente poderiam ser consideradas políticas de morte, aparecem no plano público de forma mais amenizada, a partir de emblemas retóricos como o “conservadorismo” e a defesa dos “valores tradicionais”. Consideramos que tais termos atuam na suavização do discurso de ódio, tornando-o mais palatável e menos odioso. Não seria, afinal, um ímpeto de extermínio às minorias, mas sim um fortalecimento daquelas majorias que vinham sendo “minorizadas” por gestões públicas anteriores.

Essa retórica não é uma novidade na arena política brasileira. De fato, ela apresenta capilarização transnacional e se desenvolve pelo menos desde meados da década de 1990. Estamos falando, especificamente, do movimento que acadêmicas/os vêm nomeando como “ofensivas antigênero” (PRADO & CORRÊA, 2018) - investidas de rechaço e cooptação das temáticas de gênero e sexualidade em diferentes países, proliferadas sobretudo a partir de encadeamentos discursivos tais quais a suposta “ideologia de gênero” - ou, no caso brasileiro, o famigerado “kit gay”. Tais sintagmas condensam uma hipotética ameaça contra valores fundantes da civilização, sobretudo a “família tradicional, incitados por movimentos políticos e campos de pensamento acadêmico que questionam as normas sociais heterossexuais e sexistas, tais quais o feminismo, o ativismo LGBTQ+ e os estudos queer.

Conforme aponta Rogério Junqueira (2018), tais reações sobre gênero e sexualidade têm como origem a resposta dada pelo alto escalão da Igreja Católica, no seio do Vaticano, para o avanço de pautas feministas pela liberdade corporal e de gênero (onde podemos destacar, por exemplo, o aborto) em conferências mundiais sobre mulheres. É notável que tal movimento tenha se expandido nas últimas décadas para além de sua matriz católica. Principalmente nas Américas, vemos que o discurso antigênero está capilarizado entre igrejas católicas, evangélicas, partidos políticos, canais de telecomunicação, agentes públicos, entre muitos outros. A união desses atores heterogêneos se dá na contraposição ao inimigo comum, materializado em sintagmas

aglutinadores como “ideologia de gênero”, “ditadura gay” e “kit gay” - condensando a ideia de que haveria uma imposição vertical e globalista, a contrapelo dos valores tradicionais e fundantes de nossa sociedade (MARACCI, 2019).

As ofensivas no Brasil tomam uma nova dimensão a partir da eleição de 2018 - momento no qual o discurso antigênero ocupou um lugar central na campanha do candidato mais votado à presidência da república. Com esse pleito, vemos que a ofensiva passa de um campo majoritariamente parlamentar para o interior do Executivo, assumindo formas menos reativas e mais propositivas de ação. É nessa passagem - de uma bancada de deputados para o próprio Palácio do Planalto - que percebemos a emergência de “amenizações” para o discurso ódio, conforme apontado anteriormente. Esses modos mais amenos de reiteração e produção da homofobia e do sexismo encontram um profícuo campo de observação e análise no atual Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos (MMFDH), presidido pela ministra Damares Alves desde o início do governo Bolsonaro. Em 2019, Alves comemorava sua entrada no ministério com o célebre enunciado de que entraríamos, agora, em uma nova era, na qual “menino veste azul e menina veste rosa”¹.

Não é surpreendente, assim, que o MMFDH elabore políticas conservadoras acerca do gênero e da sexualidade - como, por exemplo, um edital de pesquisa voltado ao fomento de famílias (implicitamente?) heterossexuais e monogâmicas ou a prescrição de abstinência sexual como método contraceptivo para adolescentes. O que é surpreendente - ou, de alguma forma, “estranho” - é a proximidade que tal ministério mantém com alguns setores do ativismo LGBTQ+ e com um recorte de pautas ligadas à diversidade sexual e de gênero, usualmente defendidas por setores da esquerda política.

A lista de exemplos é longa, mas citaremos aqui apenas uma recente entrevista de Alves à BBC News, na qual ela afirma ser a mulher mais empoderada do Brasil - já indicando certa familiaridade com termos que circulam em vertentes do feminismo. Nessa entrevista, Alves reitera sua preocupação e compromisso com a comunidade LGBTQ+, enfatizando as pessoas trans e travestis, que, em suas palavras, ficam

1 Link para notícia: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-2334302> 4

à margem dos avanços conquistados no campo da diversidade sexual e de gênero. Seu discurso centraliza-se na empregabilidade e na violência urbana, de modo a articular uma preocupação presente nas pautas desse movimento social à retórica policlesca de Bolsonaro no campo da segurança pública.

Por essa via, a ministra afirma que o governo por ela representado fez mais pela comunidade LGBT+ do que os anteriores, à medida que está focado em problemas reais e não em proposições ideológicas. Como comprovação desse comprometimento, ela utiliza-se da figura de Marina Reidel - professora reconhecida nacionalmente pelo ativismo acerca da população trans e travesti -, que ocupa o cargo de diretora de promoção dos direitos LGBT no MMFDH. De fato, pode causar estranhamento que esse seja um cargo existente em um ministério do governo Bolsonaro - ainda mais sendo ocupado por Reidel.

No entanto, é interessante notar como a sua existência serve de contraposição ao argumento de que a presidência e seus representantes seriam homofóbicos e transfóbicos. Segundo Alves, não haveria ódio nas práticas de governo, mas sim a busca por soluções de problemas reais, ao contrário da “ideologização” das pautas de diversidade sexual e de gênero em momentos anteriores. Em uma entrevista com a deputada Bia Kicis, na qual Alves divulga o citado edital de pesquisas sobre famílias, ela sintetiza tal movimento em algumas palavras: a diversidade sexual e de gênero deve ser “protegida, mas não promovida”.²

Em nosso entendimento, esse é um ato de fala significativo para entender as controversas relações entre diversidade sexual e de gênero e um governo de extrema direita. Proteger e não promover. Em suma: não promovemos aquilo que odiamos, mas tampouco odiamos aquilo que protegemos. Este é o paradoxo central, o “oxímoro” da diversidade sexual e de gênero no discurso bolsonarista. E é o terreno controverso no qual estamos nos debruçando em uma pesquisa na qual se insere a escrita do presente artigo.

Para analisar tal contexto, um dos caminhos teóricos traçados em nossa investigação se deu a partir de dois termos que, desde meados da década de 2000, têm impulsionado os debates sobre a incorporação de pautas ligadas à diversidade sexual e de gênero na

2 Link para entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=qowL-2javsY&t=3245s>

manutenção do neoliberalismo e do nacionalismo. Trata-se dos termos homonormatividade e homonacionalismo, respectivamente. Com a presente escrita, tentaremos apresentar os dois conceitos para, em seguida, questionar de que forma eles podem ser abordados - a partir de traduções e transformações - para servirem de mobilizadores analíticos para o Brasil recente.

Consideramos que ambos promovem pensamentos críticos de extrema importância, mas apresentam certos limites dada a circunscrição de suas reflexões aos Estados Unidos, seja em relação às políticas internas ou às relações exteriores desse país. Por essa via, tentamos articulá-los a questões específicas do Brasil, sobretudo face ao governo Bolsonaro e à institucionalização das ofensivas antigênero como políticas de Estado. Esse movimento nos levou à elaboração do termo “homonormatividade antigênero”, conforme argumentaremos a seguir.

Homonormatividade e homonacionalismo

O conceito de homonormatividade foi inicialmente proposto por Lisa Duggan (2002), em um artigo no qual ela argumenta que esse termo sintetizaria as “políticas sexuais do neoliberalismo”. Para seu entendimento, há uma incorporação progressiva de determinadas questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero no fortalecimento da economia neoliberal, sobretudo a partir de um movimento de equiparação entre cidadania e capacidade de consumir. Tal perspectiva diz respeito ao reconhecimento da comunidade LGBTQ+ - ou pelo menos uma parte dela - como um potencial nicho de consumidores, de modo que a ela passa a ser destinada uma importante possibilidade de inserção e manutenção do sistema econômico vigente.

Na perspectiva da autora, seria impossível separar questões econômicas e políticas como níveis diferentes de análise sobre gênero e sexualidade (DUGGAN, 2003). A formação de um “mercado queer” estaria diretamente relacionada à apreensão pública da diversidade sexual e de gênero, resultando, pois, em um modo específico de cidadania, na qual o principal critério seria a capacidade de consumir. A homonormatividade, assim, diria respeito a “uma cultura gay privatizada e despolitizada, ancorada na domesticidade e no consumo” (DUGGAN, 2002. p. 179, tradução nossa). Essa apreensão pública da diversidade sexual e de gênero, ancorada no consumo, se relacionaria

a formas privatizantes de entendimento para o gênero e a sexualidade, reiterando modos conservadores de “aceitação” de pessoas não heterossexuais, que podemos associar a frases corriqueiras como: “o que você faz entre quatro paredes não me interessa”, ou “tudo bem ser gay, o problema é a exposição”.³ Por essa via, a homonormatividade seria uma forma de resumir demandas sobre gênero e sexualidade a um “direito da privacidade em público”, ancorado, sobretudo, em um ideal liberal de individualidade e autonomia.

É importante ressaltar que tal “aceitação” promovida pela homonormatividade não se equivale a formas dominantes de imposição da heterossexualidade enquanto norma. Falar sobre a formação de políticas sexuais pautadas pela incorporação de temáticas LGBTQ+ em uma economia neoliberal não significa, de forma alguma, rejeitar o entendimento da heteronormatividade como uma efetiva forma de regulação e imposição de violências sobre o gênero e a sexualidade. Nesse sentido, João Manuel Oliveira (2013) aponta que a homonormatividade formaria uma “cidadania de consolação”, que não rejeita, sobrepõe ou se equivale à heteronormatividade, mas sim atua na incorporação de determinadas facetas da diversidade sexual e de gênero dentro desse regime normativo.

Se tal proposta nos parece descrever com precisão os processos incorporativos de determinadas facetas da diversidade sexual e de gênero em modos de vida dominantes, é importante ressaltar que esse movimento não se dá por completo, não totaliza as experiências LGBTQ+ no interior da heteronormatividade e, tampouco, ocorre da mesma maneira em todos os lugares do mundo. Autores como Gavin Brown (2013) apontam criticamente a centralidade dos Estados Unidos e das grandes metrópoles na teorização de Duggan, questionando se o seu entendimento poderia ser facilmente transposto a cidades pequenas, comunidades rurais ou países que não participam do centro do capitalismo global. Essa é uma pergunta que manteremos em aberto para refletir, posteriormente, sobre o que significa (ou pode significar) homonormatividade no Brasil.

3 Nota-se que falamos em “diversidade sexual e de gênero”, mas exemplificamos com temáticas relacionadas apenas à homossexualidade, pois entendemos que, embora o movimento mapeado não seja restrito unicamente a essa forma de desejo/identidade, as questões trans não estariam situadas na mesma gramática de “aceitação”.

No campo das relações exteriores, é importante retomar o trabalho de Jasbir Puar, que, embasada no pensamento de Duggan, passa a questionar como a homonormatividade opera não somente na produção interna de estereótipos como o “gay-consumidor-cidadão-de-bem”, mas também na produção de um outro, aquele cuja experiência de sexualidade e gênero não normativos (ou não inteligíveis em um paradigma moderno-ocidental) jamais se institucionalizaria de forma “benéfica” para a sociedade, e jamais passaria pelos mesmos critérios de “aceitação” ou “cidadania de consolação”. Em suma, para o Estado, “há queers melhores que os outros” (PUAR, 2006, p. 71, tradução nossa).

A teoria de Puar se desenvolve, sobretudo, após o atentado ao World Trade Center, nos Estados Unidos, e a resposta desse país ao Oriente Médio, a chamada “guerra ao terror”, que justificou, por exemplo, as invasões militares no Iraque e no Afeganistão. É nesse contexto que a autora aponta a homonormatividade atuando de forma transnacional: não apenas delimitando os critérios de inteligibilidade para gays, lésbicas ou pessoas trans no modo de vida americano, mas também na própria composição de um estilo de vida global, moderno, supostamente aberto à diversidade, cujo exterior constitutivo se dá na figura monstruosa do terrorista e, por associação, na figura generalizada de árabes, de pessoas socialmente lidas como árabes ou até mesmo pessoas não brancas em geral (PUAR, 2006).

Puar demonstra como a figura do terrorista vai se constituindo em um duplo - por um lado, um ser extremamente misógino, reiterando papéis arcaicos de subordinação às mulheres e, por outro, um ser desvirilizado, associado a falhas em sua masculinidade (como um pênis pequeno ou um desejo inconsciente de ser sexualmente penetrado) (PUAR, 2006). Essa gramática da guerra ideológica ao terror constitui uma forma de afirmação dos Estados ocidentais como paradigma da cidadania e da tolerância, utilizando de questões LGBTQ+ e feministas como contraposição aos “outros” do mundo, que seriam menos modernos (e, portanto, menos humanos), e que demandam formas interventivas de salvação externa. É essa gramática que a autora chama de homonacionalismo (PUAR, 2007).

O homonacionalismo, deste modo, seria a homonormatividade operando na produção e manutenção de um excepcionalismo de Estado, que se sustenta valorativamente a partir da incorporação de ideais como a tolerância e defesa da diversidade. Podemos ler, sob a

ótica do homonacionalismo, situações como o fortalecimento de políticas restritivas de imigração contrárias a populações consideradas menos aptas à integração no modo de vida moderno e ocidental (ou seja, supostamente mais propensas à homofobia e ao sexismo dada a sua nacionalidade ou religião), bem como a convocação de pessoas LGBT+ para participarem das forças militares (tal qual se pode acompanhar em países como Israel e Estados Unidos, principalmente após a revogação da lei Don't Ask, Don't Tell, em 2011, por Barack Obama).

Nesse sentido, vemos que a diversidade sexual e de gênero pode operar na sustentação de uma idade nacional, em oposição aos "outros" do mundo - que seriam, em tese, mais homofóbicos e sexistas que aqueles pertencentes ao centro do capitalismo. Pessoas gays, lésbicas e trans podem ser convocadas a defenderem o Estado e defenderem a soberania da nação frente a uma ameaça externa monstruosa, cuja existência os colocaria, inevitavelmente, em risco. O que não significa que, no interior de países que sustentam lógicas homonormativas, a comunidade LGBT+ estaria de fato protegida. O homonacionalismo também funciona nesta ambivalência: apontando as ameaças somente no externo, as violências sistêmicas internas são retoricamente atenuadas.

Seguramente não poderíamos dizer que o homonacionalismo pertence apenas a um país ou grupo de países, tratando-se, pelo contrário, de uma lógica global de produção de "outros" monstruosos do mundo, em oposição a um ideal de sujeito moderno e ocidental. Contudo, é notável que o pensamento de Puar aponta, quase exclusivamente, os Estados Unidos como produtores dessa lógica outrificante. A autora traz alguns exemplos de outros países emblemáticos do homonacionalismo, como Holanda, Reino Unido e Israel, mas é evidente - e não por acaso - que sua conceituação tenha as políticas externas norte-americanas como objeto privilegiado de crítica.

O presente panorama conceitual nos permitiu compreender, resumidamente, a importância dos conceitos homonormatividade e homonacionalismo para o entendimento de incorporações da diversidade sexual e de gênero na defesa e fortalecimento do neoliberalismo e da ideia de soberania nacional. No entanto, a centralidade de tais conceitos na vida política dos Estados Unidos nos leva às seguintes perguntas, para as quais tentaremos esboçar algumas respostas a seguir: É possível pensar em uma homonormatividade brasileira? Existe homonacionalismo no Brasil?

Existe isso no Brasil?

Se analisarmos a história recente da apreensão pública da diversidade sexual e de gênero no Brasil, sobretudo a partir de um discurso de “tolerância”, é possível considerar que haja uma modalidade específica de homonormatividade em operação. Ou melhor: algumas modalidades de homonormatividade agindo em conjunto. Essas, no entanto, apresentam significativas diferenças dos eventos mapeados por Lisa Duggan em sua conceituação. Nota-se, em primeiro lugar, que o entendimento da autora centraliza-se na sustentação do modelo econômico neoliberal a partir de um integracionismo referido a questões LGBTQ+, à medida que tal população passa a se configurar como um potente nicho de consumidores. Essa parece ser uma história mais próxima de lugares como os Estados Unidos, país que encabeça, a nível global, um modo de “reconhecimento público” baseado, principalmente, na capacidade de consumir.

Essa cidadania mediada pelo consumo também encontra respaldo no Brasil. Podemos lembrar, por exemplo, de peças de publicidade ou telenovelas que apresentam sujeitos gays, lésbicas ou trans, e que sofrem amplo rechaço de comunidades conservadoras. No entanto, esse é um movimento restrito no capitalismo brasileiro - tão restrito que tais manifestações, ainda em 2021, continuam a apresentar caráter de ineditismo. Se o centro do capitalismo, ao início da década, já apresentava sua vertente de assimilação *queer*, é notável que, na periferia do capitalismo, tal movimento é lento, limitado e com baixa adesão frente a uma sociedade altamente conservadora.

Apontamos, dessa forma, a importante ação de um outro agente na conformação de algo que poderíamos considerar uma homonormatividade brasileira: o Estado. Desde meados da década de 1980, com a crise da epidemia do HIV/Aids, vemos um movimento de articulação entre temáticas da diversidade sexual e de gênero e o Estado. Tal articulação se presentifica em momentos como a promulgação da Constituição de 1988, a formação do SUS e as políticas públicas voltadas ao combate da epidemia. De fato, há muitos resultados benéficos alcançados por tal coalizão: por exemplo, as políticas brasileiras de enfrentamento do HIV/Aids tornaram-se referência mundial, e tal sucesso foi obtido com base na no trabalho conjunto entre gestores de saúde, Estado e movimentos sociais (FACCHINI, 2005)

No entanto, pode-se afirmar que o caminho traçado por essas interlocuções manteve, ao longo dos anos, uma conexão muito próxima entre ativismo e Estado (MACHADO, 2013). A partir da década de 1990, nota-se uma circunscrição desse movimento social ao formato de organizações não governamentais (ONGs), que usualmente eram contratadas pelo Estado a fim de auxiliar na formação das políticas públicas em uma relação de clientelismo. Se tal aproximação produziu atravessamentos interessantes nas conexões entre governos e sociedade civil, também poderíamos afirmar que modulou as formas de ação do ativismo àquelas delimitadas pelo investimento estatal.

Essa é uma história longa que, em função do espaço, não poderemos aprofundar aqui. Gostaríamos apenas de chamar atenção para a intensificação desse processo com o início de governos usualmente associados à esquerda política no Brasil, em meados dos anos 2000.

Sobre esse período, autores como Frederico Machado e Marco Prado (2014), propõem que as íntimas relações entre ativistas e governos resultaram em uma impossibilidade crítica para os primeiros, de modo a diminuir sua capacidade de oposição e antagonismo, constitutivas da própria arena política. Nesse sentido, aponta-se um certo assimilacionismo dos movimentos de luta pela diversidade sexual e de gênero no seu acoplamento governamental, visto que o Estado passa a ser seu maior interlocutor. Assim, em uma relação de parceria (que nubla o conflito e o dissenso), uma parte desses setores civis organizados perde a sua capacidade de contestação e transformação social.

Na mesma direção de análise, o trabalho de Bruna Irineu (2014) utiliza-se do termo homonacionalismo para mobilizar uma crítica à assimilação do ativismo LGBTQ+ em uma gramática governamental. A autora relaciona a proposta de Puar - a utilização das questões de diversidade sexual e de gênero na formação de nacionalismos - a uma certa submissão dos ativismos ao Estado, que resumiria a luta por participação social e política a uma “cidadania limitada” e “de consolação”, cujos critérios remeteriam a um modo de produção neoliberal e um ideário de soberania da nação. Tal assimilação incorreria, dentre outras coisas, na incapacidade crítica de tais ativismos acerca de violações de direitos perpetradas pelo Estado.

Além disso, o movimento mapeado por Irineu (2014) nos fornece recursos para entender uma ausência de antagonismo de ativismos LGBTQ+ frente ao Estado até mesmo sobre questões que dizem respeito à diversidade sexual e de gênero. Se retomarmos a querela do

“kit gay”, em 2011, veremos que o Partido dos Trabalhadores cede ao ímpeto de seus opositores, cancelando a distribuição dos cadernos anti-homofobia, em uma decisão ilustrada pela então presidenta com a frase “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”.⁴ Sobre tal momento, Oliveira Júnior e Maio (2017) apontam que o recuo presidencial marcou uma nova fase de relação entre Estado e movimentos políticos: a “cultura do desagendamento” nas políticas sociais.

No entanto, mesmo frente a esse desagendamento, foi contínuo o apoio de amplos setores do movimento LGBT+ organizado ao governo de Rousseff, seja em períodos eleitorais, seja como oposição a seu pedido de impeachment. É comum ouvirmos o argumento de que isso não seria apenas um endosso do governo ou do Partido dos Trabalhadores em geral, mas sim uma política de “mal menor” - um raciocínio que, de fato, não discordamos. Mas queremos apontar, também, que essa operação política não é meramente reativa. Há uma produção subjetiva em jogo, uma mobilização dos afetos e a sustentação de lugares estáveis em uma narrativa política.

Nossa hipótese é que essa história configura uma importante parte da homonormatividade brasileira, constituída por um pacto de boas relações entre ativismo e Estado, pela concessão de determinados espaços da esfera pública para que algumas demandas se insurjam como legítimas, mas que se situem sempre em segundo plano frente a decisões, de fato, “importantes”, como uma corrida eleitoral. Nessa configuração, clamores por cidadania são até eventualmente abraçados por partidos ou representantes do Estado, desde que isso não se volte contra eles após a inevitável decisão de ceder nas “questões morais” para fortalecerem articulações com um congresso cada vez mais conservador. É a partir desses vetores que entendemos a consolidação de nossa específica forma de homonormatividade.

Considerações finais: homonormatividade antigênero

Se nossas considerações sobre a homonormatividade brasileira se situam em um acoplamento entre ativismos LGBT+ e o Estado,

⁴ Link para notícia <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>

produzindo uma forma específica de cidadania e de possibilidade para a experiência da diversidade sexual e de gênero, seria possível compreender que tal arranjo teria chegado ao fim com a eleição de 2018. O governo Bolsonaro, em uma análise apressada, marcaria apenas o fim do referido pacto de boas relações, efetivando uma nova era na apreensão pública e governamental acerca da diversidade sexual e de gênero, com a institucionalização da homofobia, do sexismo e do ódio em termos gerais. Esse não seria um raciocínio totalmente equivocado, dado que há razões inúmeras para considerar o atual governo como promotor de violências e discriminações contra homossexuais, transexuais, mulheres, entre tantos outros. Contudo, como apontado inicialmente, está em jogo um movimento ambíguo que, por um lado, apresenta-se de modo reativo e antagonístico e, por outro, vale-se das referidas amenizações sobre o rechaço a questões de gênero e sexualidade.

Tais amenizações - que se materializam também em incorporações - podem ser acompanhadas na retórica de Damares que, em síntese, afirma a necessidade de “proteger, mas não promover” as questões ligadas à sexualidade e ao gênero. Com esse ato de fala, temos uma compilação de discursos aparentemente contraditórios, mas que operam, em última instância, na manutenção de um governo de extrema direita, em cuja sustentação ideológica encontra grande importância a defesa dos “valores tradicionais”. A contraposição à suposta “ideologia de gênero” - ou, como propomos, a institucionalização das ofensivas antigênero no interior do poder Executivo - é mandatária na defesa de tais valores.

Em nossa análise, essa ambiguidade - o campo de aparentes contradições - performa não o oposto de uma homonormatividade brasileira, mas sim um novo enlace para essa categoria, que nomeamos “homonormatividade antigênero”. Elas agem na reorganização de critérios de inteligibilidade para a diversidade sexual e de gênero, na produção de novas formas de ser gay, lésbica, bissexual, transexual, entre tantos outros, mobilizadas por uma nova extrema direita política no Brasil. A partir de tais considerações, podemos refletir sobre como a homonormatividade antigênero atua na produção de um bom “sujeito da diversidade” - uma forma de diversidade mais possível e desejável para o Estado - que incorre, também, na sustentação desse próprio Estado. Nesse sentido, poderíamos pensar, com Irineu (2014), em um homonacionalismo à brasileira. É possível compreender que tais

aglutinações homonormativas atuam, em última instância, na produção de um sujeito apto a narrativas nacionalistas - que, no resguardo de sua “cidadania de consolação”, não tem condições ou interesse de antagonizar contra o Estado e as inúmeras violências por ele perpetradas.

Se entendemos a “ideologia de gênero” como um pânico moral globalista, é possível que a imagens de gays, lésbicas e pessoas trans alinhadas ao governo de extrema direita performem a salvaguarda do país frente à ameaça internacional. No entanto, é importante atentarmos para o fato de que, ao contrário do caso estadunidense, nossa ameaça não está simplesmente identificada em um inimigo externo, em cuja contraposição efetivariamos um ideal de cidadania nacional. Acreditamos que o homonacionalismo pode ser um viés de análise, desde que considere os fatores “internos” da suposta ameaça. Se pensado no Brasil, o homonacionalismo tem de considerar que não estamos em guerra ou em confronto significativo com outras nações. Quais seriam, de fato, nossos inimigos? Devemos atentar para esse movimento sobre pessoas LGBTQ+ em inconformidades com os critérios homonormativos e homonacionalistas promovidos pela ofensiva antigênero em exercício. O movimento de abjeção que coloca, nos limites inelegíveis da nação, aqueles que não se submetem à nova era, “onde menino veste azul e menina veste rosa”.

Referências

BROWN, Gavin. Pensando Além da Homonormatividade: Explorações Performativas de Economias Gays Diversificadas. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, 4(1), pp. 125-138, 2013.

DUGGAN, Lisa. The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism. In CASTRONOVO, Russ & NELSON, Dana. *Materializing Democracy: Toward a Revitalized Cultural Politics*. Durham: Duke University Press, 2002.

DUGGAN, Lisa. *The Twilight of Equality: Neoliberalism, Cultural Politics and the Attack on Democracy*. Boston: Beacon Press, 2003.

FACHCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas: Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 90*. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2005.

IRINEU, Bruna. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. *Em Pauta*, 34 (12), pp. 155 - 178, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43). pp. 449-502, 2018.

MACHADO, Frederico. Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o estado e os movimentos de juventude LGBT no Brasil (2003-2010). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

MACHADO, Frederico & PRADO, Marco Aurélio. Muito além do arco-íris: A construção de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado. *Annual Review of Critical Psychology*, 11, 2014.

MARACCI, João Gabriel. Reflexões sobre verdade e política: Mapeando controvérsias do Kit Gay. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaías & MAIO, Eliane. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: O discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay do MEC. *E-Curriculum*, 15 (1), pp. 125 – 152, 2017.

PUAR, Jasbir. Mapping US Homonormativities. *Gender, Place and Culture*. 13(1) pp. 67–88, 2006

PUAR, Jasbir. *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*. Durham: Duke University Press, 2007.

PRADO, Marco Aurélio & CORRÊA, Sônia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), pp. 444-448, 2018.